

PREFÁCIO

Na esteira do trabalho desenvolvido em 2005 e 2006 por uma Comissão do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) que originou a publicação do “Livro Branco sobre Corporate Governance”, o qual tem sido, conforme se pretendia, objecto de reflexão e debate sobre os passos, dados e a dar, em Portugal, sobre o tema, foi com entusiasmo que a Direcção deste Instituto promoveu a constituição de uma Comissão Jurídica no seio do IPCG.

Esta Comissão é composta por profissionais do sector público e privado, juristas de várias áreas e com diversificados e meritórios percursos profissionais que, a título pessoal e académico, se propuseram redigir um conjunto de trabalhos, a partir de grupos de trabalhos constituídos em conformidade com a vocação profissional de cada um dos seus elementos, com vista a analisar, enquadrar e “avaliar” o novo quadro legislativo e algumas das últimas evoluções que têm sido levadas a cabo, do ponto de vista legislativo e regulatório, em Portugal, nomeadamente as resultantes das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

[...] *“Trata-se, em suma, de monitorizar o acolhimento (ou não) dos princípios de Corporate Governance”,* numa tentativa de perceber as evoluções legislativas existentes, sugerindo, de alguma forma, comportamentos e alternativas que possibilitem uma actuação que consubstancie uma via de implementação e sedimentação da aplicação dos princípios gerais de Corporate Governance comumente aceites em diferentes jurisdições.

Nesse sentido, foram constituídos cinco grupos de trabalho com o objectivo de proceder a uma análise crítica, embora sucinta, das mais recentes alterações legislativas em várias matérias tangentes aos conceitos inerentes às boas práticas de Corporate Governance, bem como redigir um conjunto de recomendações relativas às mesmas. A saber:

- I) Os “Administradores Independentes das Sociedades Cotadas Portuguesas” – composto por Dr. Rui Silveira, Dra. Margarida Sá Costa, Dra. Luísa Antas e Dr. João Gomes da Silva;
- II) “Corporate Governance, Administração / Fiscalização de Sociedades e Responsabilidade Civil” – composto por Prof. Miguel Pupo Correia, Dra. Gabriela Figueiredo Dias, Dr. Luís Filipe Caldas e Dra. Ana Bebiano;

- III) “Simplificação dos Actos Societários vs Segurança Jurídica” – composto por Dr. Pedro Rebelo de Sousa, Dr. Paulo Fernando Bandeira, Dra. Ana Bebianio e Dra. Neuza Pereira de Campos;
- IV) “Corporate Governance nas Empresas Públicas e Similares” – composto por Prof. Doutor Manuel Lopes Porto, Prof. Doutor Pedro Gonçalves, Dr. Rui Mayer, Dr. Pedro Vicente, Dr. José Luís Moreira da Silva, Dr. António Brito e Silva e Dr. José Fontes; e
- V) “Corporate Governance e Interesses dos Clientes” – composto por Dr. Gonçalo Sequeira Braga, Dr. Guilherme Abreu Loureiro e Dr. João Loureiro.

Contribuíram também para uma leitura crítica do referido enquadramento jurídico, os comentários apresentados pelo Prof. Doutor Fernando Pessoa Jorge, e pelo Dr. Carlos Manuel da Silva Almeida, Notário, que desde já se agradecem.

A Direcção do Instituto Português de Corporate Governance exime-se a expressar uma opinião sobre a recomendabilidade das propostas apresentadas; contudo, assume que as mesmas poderão ser indubitavelmente um relevante ponto de partida para o aprofundamento e discussão sobre estas temáticas mais candentes do nosso quadro jurídico actual.

Na presente publicação não será incluído o trabalho relativo ao Corporate Governance nas Empresas Públicas e Similares atendendo às alterações que presentemente têm vindo a ser publicitadas, não tendo por isso sido considerado oportuno proceder a uma publicação de um trabalho que correrá, necessariamente, o risco de se vir a revelar desactualizado.

A Direcção felicita e agradece a todos os que contribuíram para este esforço, que deve servir de exemplo a outras Comissões que têm vindo a desenvolver trabalhos de análise de outros temas vertentes, viabilizando, assim, o acesso a outras formas de debate sobre o temário em causa.

Fevereiro de 2007

Direcção do Instituto Português de Corporate Governance